

Brasil impõe salvaguardas

Dívida Externa Brasília, quarta-feira, 12 de setembro de 1990

9

na carta ao FMI

A carta de intenções assinada com o Fundo Monetário Internacional que será divulgada pelo Governo amanhã, contém salvaguardas para o caso de fatores externos interferirem no cumprimento de metas. A informação foi dada pelo embaixador especial para assuntos da dívida externa, Jório Dauster. “Essas premissas poderão ser revistas caso a crise no Golfo Pérsico perdure por mais tempo, por exemplo”, ressaltou Dauster que, atendendo a convocação dos parlamentares, esteve ontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A carta assinada com o FMI representa a base para a formalização de um acordo **stand by** que garantirá o ingresso de créditos que correspondem a 70 por cento das cotas em Direito Especiais de Saque (DES), que o País mantém junto ao Fundo — cerca de dois bilhões de dólares. O acordo terá duração de 17 meses, com início previsto para o último trimestre deste ano e se estende até fevereiro de 1992.

De acordo com Jório Dauster, a carta contém o programa de estabilização econômica que vem sendo executado pelo Governo. “Não fomos solicitar receitas ao FMI”, explica. “Sabíamos da necessidade de se promover um brutal ajuste interno e foi o que fizemos. E é justamente essa determinação e esse sacrifício inicial que nos têm levado a uma posição de maior credibilidade junto aos credores internacionais”.

O embaixador especial para assuntos da dívida externa evitou antecipar detalhes da carta de intenções e diante da insistência dos jornalistas limitou-se a responder que “a carta deverá ser divulgada amanhã, para toda a Nação”.

Ao falar na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o embaixador garantiu aos parlamentares que o acordo com o FMI não implicará na obrigatoriedade de o País efetuar pagamentos, mesmo que simbólicos, dos atrasados que o País mantém

junto aos bancos credores. “A obtenção de novos créditos junto ao FMI não implica em nenhuma obrigação nesse sentido”, disse.

CRESCIMENTO

Jório Dauster admitiu que a questão dos atrasados chegou a ser discutida com os técnicos do FMI, mas que a sinalização do Governo que pretende acelerar o processo de negociação com os credores acabou sendo aceita.

“Ficou claro, durante essa primeira etapa do processo de renegociação da dívida externa, que o Brasil não repudia a dívida”, disse Jório Dauster. “Nós queremos pagá-la, mas sem que isto comprometa a estabilidade interna e ainda nos permita recuperar o crescimento que foi abandonado nos últimos anos. Por outro lado, temos a consciência de que a pior forma de financiamento é uma política de atrasados”.